



CARTA DO ESPÍRITO SANTO

Desafios e perspectivas da IV CONEPIR - Conferência Estadual de Igualdade Racial na Década Internacional dos Afrodescendentes

Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) por meio de sua Resolução n. 68/237, de 23 de dezembro de 2013, proclamou a Década Internacional de Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, e com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.

O principal objetivo da Década Internacional consiste em promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Historicamente os negros escravizados que vieram para o Brasil jamais aceitaram pacificamente o cativeiro, foram inúmeras revoltas, fugas, insurreições, contra a ordem vigente. O quilombo de Palmares e as figura emblemáticas de Zumbi dos Palmares e Dandara, Chico Preggo, João da Viúva, Eliziário, Verônica da Pas, Zacimba Gaba, entre tantos outros, são símbolos desta resistência. No pós-abolição a FNB - Frente Negra Brasileira na década de 30 do séc. XX fazia a denúncia de que o racismo era estruturante nas relações sociais no país, por isso desenvolvia campanhas visando garantir a cidadania de negros e negras. Somente no final dos anos 70 ainda no século XX que o movimento negro conseguiu pautar e iniciar o processo de romper com o mito da "democracia racial", mas foi somente na Conferência de

Durban, África do Sul, em 2001, já no séc. XXI que o Brasil assumiu tratados internacionais para a superação do racismo.

Chegamos a está IV CONEPIR com um acúmulo de proposições e marcos legais que garantem a implementação de políticas de Ações Afirmativas que estão sendo desenvolvidas pelo Estado Brasileiro nos últimos anos, e que são fruto de reivindicações do movimento social negro, são políticas reparatórias que visam mitigar a dívida histórica que este país tem para como a população negra e afrodescendente.

Neste sentido, a IV CONEPIR - Conferência Estadual da Promoção de Igualdade Racial, realizada pelo governo ilegítimo do presidente Temer, tem seus limites institucionais em função deste desgoverno promover continuos retrocessos nas políticas sociais, promover Reforma Trabalhista que prejudica os trabalhadores (as), Reforma da Previdência que dificulta em muito o acesso a seguridade social, além do congelamento dos gastos públicos por vinte anos o que implica na falta de investimento público em áreas vitais como saúde, educação, segurança. Enquanto por outro lado concede anistia fiscal para banqueiros, ruralistas, e entidades religiosas.

A conquista da Gerência e do Conselho Estadual Promoção de Igualdade Racial na estrutura administrativa do governo do ES foi uma luta árdua, demandou muitas energias e unidade política do movimento negro capixaba, sabemos que seu quadro funcional, bem como seu orçamento estão muito aquém das demandas da população negra. Por isso, é preciso avançar em sua estrutura.

Vivemos uma conjuntura difícil, os índices de assssinatos de jovens, sobretudo negros continuam altíssimos, o que caracteriza um verdadeiro extermínio, da mesma forma a violência contra as mulheres, especificamente em relação as mulheres negras, o Estado ES ocupa o 1º lugar em mortes violentas de mulheres negras, segundo o Mapa da Violência (Flacso) 2016. Em fevereiro deste ano tivemos uma greve da polícia militar que sitiou a população, mais de duzentos assassinatos segundo estatísticas oficiais, lojas sendo saqueadas, enfim o caos se instalou no Estado.

Assim sendo, esta conferência que tem como tema: "O Espírito Santo na Década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e igualdade de direitos", cujo objetivo principal definido pelo CEPIR/ES - Conselho Estadual Promoção de Igualdade Racial será aferir o que foi implementado das proposições das últimas três conferências anteriores, é um momento oportuno para denunciarmos os retrocessos deste governo ilegítimo, conscientizar o povo negro, mobilizar e organizar a resistência contra o golpe, que a cada dia fica mais evidente diante das seguidas denúncias contra o presidente Temer por parte da PGR (Procuradoria Geral da República) por obstrução a justiça, corrupção e formação de quadrilha.

Neste cenário de crise ética, moral, de valores, institucional, precisamos refletir sobre nossas escolhas políticas: Temos um Governo do Estado ES que oferece incentivos fiscais bilionários para o setor atacadista, sem a transparência necessária ao interesse público, privilegia os grandes projetos, enquanto por outro lado faltam recursos para moradia popular, para uma educação pública de qualidade e valorização dos profissionais da educação, o transporte público deixa a desejar em qualidade, os presídios continuam superlotados, com alto índice de presos provisórios, por falta de assistência jurídica, falta investimento na Defensoria Pública, nunca é demais lembrar que mais de 70% da população carcerária é negra.

É preciso limitar estes grandes projetos, a Aracruz Celulose hoje Fíbria tomou a terra dos quilombolas em 1972, explora de forma intensiva o plantio de eucalipto, e de tal forma insustentável que contaminou a água dos córregos com os agrotóxicos, empobreceu o solo, elimina a reserva de mata nativa. Por isso, a importância da luta das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, e das demais comunidades pela demarcação e titulação de seu território. É preciso uma ação efetiva do Ministério Público Federal, como pensar em reconhecimento, justiça e igualdade de direitos, perante violações de direitos humanos como essas. O crime ambiental no Rio Doce provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana continua impune, um dano incalculável para o meio ambiente, e para as comunidades ribeirinhas.

Recentemente assistimos a criminalização da pobreza com os mandatos de busca e apreensão coletiva, utilizados pela força policial no bairro Jesus de Nazaré, em Vitória. Isso é inadmissível no Estado Democrático de Direito, é uma afronta a constituição, e uma violação dos direitos humanos. O Racismo religioso também acontece de forma explícita conforme ocorreu no CMEI Cida Barreto, no bairro Jardim da Penha, em Vitória, quando trabalhos desenvolvidos na escola voltados a implementação da Lei 10.639 foram retirados do espaço da escola por um pastor da igreja batista, que é locatária do imóvel, sob alegação que aquilo era macumba. Inaceitável num Estado laico.

Diante de tudo isso os desafios para avançarmos nas políticas de igualdade racial crescem, precisamos combater o racismo institucional, urge formação aos profissionais da educação sobre a cultura africana e afro-brasileira, a drogadição há que ser tratada como caso de saúde pública, estamos encarcerando e exterminando nossa juventude, comprometendo o futuro das próximas gerações. Há que se instituir a transversalidade nas políticas de igualdade racial, instituir concursos públicos para os órgãos de PIR, visando formar, qualificar e dar continuidade a política independente de governo, faz-se necessário que sejam políticas públicas de Estado, e não de governos.

Mas, também é urgente e necessário refletirmos sobre nossas escolhas políticas. Por isso, conclamamos o movimento negro e a população negra e afrodescendente para construirmos um projeto político com o olhar e para a população negra. Precisamos eleger negros e negras comprometidos com a transformação social, com o fim dos privilégios para a elite brasileira, que sempre foi hegemônica ao acesso aos bens econômicos e culturais. É necessária uma reforma política que rompa com a influência do poder econômico, que propicie o ingresso de mulheres e negros (as) nos espaços de poder.

O que defendemos nesta conferência:

1- Primeiramente: Fora Temer e Diretas já!

- 2- Pela não ampliação e metas de redução de plantio de eucalipto no ES;
- 3- Arquivamento da Reforma da Previdência, revogação da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização;
- 4- Arquivamento da ADI 3239 contra as comunidades Quilombolas;
- 5- A revogação Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos em áreas sociais, em defesa do SUS, do SUAS, e plena implementação do Plano Nacional de Educação;
- 6- A revogação da Reforma do ensino Médio e retomada da implementação da Lei 10.639/2003 (ensino da cultura afro-brasileira e africana);
- 7- Uma política nacional de enfrentamento ao feminicídio e ao genocídio da juventude negra, que garanta e preserve as vidas da população negra, contra a aprovação da PEC da redução da maioria penal;
- 8- Contra qualquer intervenção militar nas favelas e periferias do Brasil, contra os mandatos de busca e apreensão coletivos, bem como qualquer interferência das Forças Armadas no cenário nacional;
- 9- Uma política de investimento na indústria nacional e nos pequenos e micro empreendimentos da população negra que garanta crédito e juros baixos, assistência técnica e apoio no escoamento dos produtos e promova geração de emprego e renda para a população pobre;
- 10- Reforma Tributária progressiva com taxação das heranças e grandes fortunas, visando desonerar a classe trabalhadora e garantir melhor distribuição de renda no país.

Carta aprovada em plenária pela maioria dos votos na IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial no Espírito Santo.

Nova Almeida, Serra, 10 de dezembro de 2017.